



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 18

Sessão ordinária Novembro

Reunião em 14/11/2014

Aos catorze dias do mês de Novembro do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pela Primeira Secretário Maria José Teixeira de Moraes Afonso França, e pela Vogal Daniela Marisa Pereira de Magalhães, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo Costa Veiga, Mónica Filipa Cristóvão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Rui Alexandre dos Santos Gonçalves Rei, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Silvestre Paiva da Silva, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Leonor Nunes dos Santos, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rogério António Gonçalves Cachide, Miguel António Costa Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Carlos Manuel da Silva Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Júlio Vasconcelos de Oliveira, João Pedro Rodrigues Santos Dias, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Não estiveram presentes nesta reunião da sessão, o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e os Vogais Victor Manuel da Silva Martins e Maria Cristina Regales de Jesus Pires.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola (chegou às 21:30h), Luís Miguel Capão Filipe (chegou às 21:15h), e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Não estiveram presentes os Vereadores Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, João Francisco Carvalho Sousa e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa, deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Henrique Manuel Moraes Diz, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, e Ivar Jorge Alves Corceiro, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo Costa Veiga, Rui Alexandre dos Santos Gonçalves Rei, Maria Leonor Nunes dos Reis, Rogério António Gonçalves Cachide, Anabela de Almeida Saraiva, e João Pedro Rodrigues Santos Dias.⁰⁰²

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, Antero Marques dos Santos, e

Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por, Silvestre Paiva da Silva, Miguel António Costa da Silva, e Júlio Vasconcelos de Oliveira, respetivamente.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Ana Manuel Torres Pereira, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, Maria Odete Gomes da Costa, e João Carlos Bandeira Catarino, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem-do-Dia*” para esta Sessão Ordinária de Novembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Informação do Presidente sobre a Atividade Municipal de 24SET14 a 10NOV14;

Ponto 2. – Apreciação e votação da proposta de Derrama para 2015;

Ponto 3. – Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS 2015;

Ponto 4. – Apreciação e votação da proposta de taxa de IMI para 2015;

Ponto 5. – Apreciação e votação da proposta de extinção da Taxa Municipal de Proteção Civil e Revogação do Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil de Aveiro;

Ponto 6. – Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2015;

Ponto 7. – Apreciação do 11º Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Saneamento Financeiro da CMA;

Ponto 8. – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento CMA 2015;

Ponto 9. – Apreciação e votação da proposta de Regulamento das Distinções Honoríficas, Chave de Honra e Toponímia;

Ponto 10. – Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Esgueira e União de Freguesias de Glória e Vera Cruz, em matéria de gestão de cemitérios.

Continuando, o Presidente da Mesa, informou que ia colocar à votação do plenário as actas das reuniões⁰⁰³ das sessões anteriores, em tempo distribuídas a todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 15 – Sessão Ordinária Setembro (1.ª reunião): - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 16 – Sessão Ordinária Setembro (2.ª reunião): - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 17 – Sessão Extraordinária Outubro: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor e uma abstenção.

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ da Assembleia deu a palavra ao vogal Paulo Marques, do CDS, para apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Isabel Pereira, Presidente do Alvarium.

Colocado à votação o Voto de Pesar pelo falecimento da dirigente desportiva, foi aprovado por unanimidade.

Continuado, o Presidente da Mesa⁰⁰⁷ nos termos regimentais deu início ao *Período de Antes da Ordem do Dia*, dando conhecimento dos tempos que cada grupo municipal pode utilizar de acordo com o Regimento.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto regimental:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Senhores deputados municipais e todos os presentes. A apresentação na Assembleia da República do OE para 2015 confirmou o receio de que este fosse mais um Orçamento para prosseguir a política dos PEC e da troika e os acordos de política fiscal dos partidos ditos do «arco da dívida» a favor dos rendimentos de capital.

Um Orçamento com aumento generalizado dos impostos sobre os trabalhadores e o povo. Um Orçamento que, em cima de uma brutal injustiça fiscal do maior aumento de impostos diretos sobre o trabalho de que há memória, vem carregar, agora, nos impostos indiretos sobre os mesmos, com a chamada fiscalidade verde. Um aumento de cerca de 8% que se traduzirá em novos aumentos nos combustíveis, no gás, no imposto de circulação, nos transportes públicos e no IMI, com o fim da cláusula de salvaguarda — entre outros. Um Orçamento que para quem trabalha ou trabalhou deixa a promessa de uma improvável devolução da injusta sobretaxa do IRS para 2016, mas que para o grande capital cumpre de imediato a baixa dos seus impostos com a diminuição da taxa do IRC, depois da redução já aprovada há um ano — com o apoio do PS, diga-se! Mais as rendas das parcerias público-privadas, as privatizações, os benefícios fiscais, o aumento dos juros pagos pela dívida que, no próximo ano, serão de mais 400 milhões de euros. Um serviço da dívida brutal de 8200 milhões de euros!

De acordo com as previsões do governo, a receita de IRC passa a ser apenas 35% da receita de IRS quando em 2008 era de 60%!?

Um Orçamento de aprofundamento das desigualdades e de agravamento da crise social que apresenta um novo corte de 100 milhões de euros nas prestações sociais!?

Dissimuladamente o PSD diz que «a banca participa com 30 milhões» que nem sequer é para o Orçamento do Estado (como se sabe) mas apenas para o ‘Fundo’ que existe para acudir à banca. Um Orçamento do Estado que continua o ataque às funções sociais do Estado e o seu desmantelamento. Mais uma vez e à cabeça os cortes na Educação de mais de 700 milhões de euros e o agravamento da política de subfinanciamento nos serviços públicos essenciais à vida das populações.

Este é o último Orçamento deste Governo. Um Orçamento que fecha um ciclo de uma governação de que o País deseja ver-se livre e em relação à qual tudo faremos para antecipar o seu fim.

Um Orçamento para concluir uma governação que bateu todos os mais indesejáveis recordes a que um país pode aspirar.

Um Orçamento de um Governo que deixa um rasto de destruição inoportável. Com o PIB a cair cerca de 6%, com milhares de empresas levadas à falência e que aponta para um crescimento em 2015 que é uma fantasia, à revelia dos impactos do BES e do quadro Europeu e Internacional.

Um Governo que mais que duplicou o desemprego, batendo todos os recordes de destruição de emprego, e o mesmo se diga em relação à precariedade; que afundou o investimento para níveis nunca vistos, com impactos desastrosos na recuperação da economia do País e no acentuar das assimetrias regionais — que fez crescer a dívida, nestes três anos, em mais de 51 mil milhões de euros.

Um Orçamento que foge à proposta do PCP de renegociação da dívida para relançar a economia do País e pôr fim a esta política de austeridade, de regressão social e civilizacional

Um Governo que afundou a educação e o ensino — do básico ao superior — com os cortes que promoveu de mais de 2200 milhões de euros, entre 2011 e o que está previsto para 2015.

O Governo que mais dificuldades criou ao Serviço Nacional de Saúde e aos portugueses no acesso aos serviços de saúde com a política de encerramentos e de cortes.

Um Governo que subiu ao pódio da injustiça social e que, com o contributo do anterior Governo, conseguiu a proeza de dar o maior e mais profundo golpe no sistema de proteção social: menos 665.000 crianças a receberem abono de família; menos 312.000 pessoas a receberem o rendimento social de inserção; e menos 73.000 pessoas a receberem o complemento social para idosos.

Num País onde mais de metade dos desempregados não recebe o subsídio de desemprego e os que recebem, viram o seu valor cair!?

O Governo que mais pobres produziu no mais curto espaço de tempo com a sua política de retrocesso social (mais 600.000 em três anos), que mais cortou nos rendimentos das famílias, com o agravamento da injustiça fiscal, o aumento histórico dos impostos diretos e indiretos, em cima de brutais cortes e congelamentos de salários e pensões.

Ainda a semana, o Governo exultou com o facto de o Banco Mundial achar que Portugal é um País amigo dos mercados. E porquê? Porque cá há salários mais baixos; porque cá se pode despedir com facilidade; porque cá há um exército de desempregados disponíveis para trabalharem sem direitos; porque cá o capital paga menos impostos.

Quatro anos de uma política realizada em concertação com a União Europeia do diretório das grandes potências e dos grandes monopólios e centros do capitalismo internacional, até aqui imposta em nome de um ilegítimo programa dito de ajuda, mas efetivamente de agressão e ingerência e agora, em nome do cumprimento do Tratado Orçamental que PS, PSD e CDS subscreveram e aprovaram, que impõe a política da ditadura do défice e do pensamento único, de cega obediência aos mercados e assente na exploração do trabalho, na destruição das conquistas sociais do povo e na transferência para o grande capital do património público dos povos e países.

Para o PCP é necessário uma política que, dando resposta aos grandes constrangimentos que enfraquecem o País, assuma nas suas opções fundamentais:

A defesa e o aumento da produção nacional e a recuperação para o controlo público de empresas e sectores estratégicos para os colocar ao serviço do País; a valorização efetiva dos salários e pensões e o explícito compromisso de reposição dos salários, rendimentos e direitos roubados, incluindo nas prestações sociais; a adoção de uma política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores e dos pequenos e médios empresários e tribute fortemente os rendimentos do grande capital, os lucros e dividendos, a especulação financeira; a defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular no que

concerne às funções sociais do Estado; a assunção de uma política soberana e a afirmação do primado dos interesses nacionais.

Uma política patriótica e de esquerda que retome os valores de Abril e dê cumprimento ao projeto de progresso e justiça social que a Constituição da República Portuguesa consagra. Tenho dito.”

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“Boa noite a todos os presentes nesta Assembleia. Aproveitar este período para falar daquilo que não tem cabimento (ou até teria cabimento) nos outros pontos da ordem do dia.

Começar por salientar que Aveiro é o segundo em muitos aspetos. E querer ser o segundo em muitos aspetos, aqui falo de Aveiro distrito, não é muito positivo. Aveiro é o distrito com mais casos de violência doméstica e a isto acresce o de só estarmos a falar daqueles que chegaram ao conhecimento da GNR. Portanto há situações de violência doméstica caracterizados pela APAV que obviamente a GNR não sinaliza, nomeadamente aquilo que constitui violência doméstica do tipo emocional, financeiro ou social. Obviamente esses não estão contabilizados. E portanto este é um cenário grave e é um cenário obviamente agravado pelas condições de precaridade financeira causadas pelas políticas do governo com a austeridade.

Aveiro também é o distrito com mais escolas do primeiro ciclo encerradas em termos absolutos, quarenta e nove escolas. Repare-se inclusive que Aveiro fica à frente do distrito do Porto. Volto a salientar, em números absolutos. Isto é tão mais grave quando verificamos que o primeiro distrito do país é Viseu. Ou seja, nós vemos que as políticas de austeridade não só diminuem serviços públicos como o fazem nas zonas onde mais se precisa deles. Aliás, para se ter uma ideia, se em Viseu fecham 57 escolas e no distrito de Aveiro 49, em Lisboa fecham duas. Portanto ficamos a saber que a austeridade provoca ainda mais desigualdade.

Uma nota também para o orçamento de estado para 2015. É importante a autarquia pensar o que é que ele representa para a autarquia. É mais uma vez um garrote financeiro que já vem de anos transatos, vem desde as governações de Sócrates, não é novidade, mas tem vindo a acentuar.

Esta austeridade tem vindo a trazer traços que enfim, para o Bloco de Esquerda não são novidade, mas é sempre de referir que é uma transferência do trabalho para o Capital. E essas transferências contabilizam-se em cerca de três mil milhões de euros por ano.

E ainda por cima se adicionarmos a isto que a dívida não reduziu, antes pelo contrário o seu rácio em função do PIB aumentou, enfim, se não para favorecer os mesmos de sempre.

Podemos também dizer que a dívida direta do estado em setembro passado ascendeu a 220 mil milhões de euros — batemos mais um recorde também.

E finalmente, salientar que naquilo que são as consequências diretas para a Região de Aveiro, no diferencial caracterizado por aquilo que seria previsto a Região de Aveiro receber de transferências do Governo Central, pela Lei das Finanças Locais e aquilo que é previsto pelo Orçamento do Estado, temos um défice de 64 mil euros. Ou seja, se a Lei das Finanças Locais já imprime um garrote sobre as autarquias a verdade é que o Orçamento de Estado pega nesse garrote e aperta mais um bocado. E portanto eu penso que este é uma situação que tem de preocupar esta Câmara mas também os membros da Assembleia. Enfim, não podemos cair no erro de pensar que a austeridade é uma coisa distante ou é uma coisa que não cabe nesta Assembleia por cabe. Porque obviamente a austeridade sobre a autarquia irá levar a condicionar a maneira como a autarquia quer criar austeridade sobre os municípios de Aveiro.”

(Deu entrada na sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[010](#)

“Eu queria aproveitar este período de antes da ordem do dia para aqui e para os devidos efeitos, salientar um acontecimento da presente semana. Estou a aludir à apresentação feita na Universidade pela Associação para a Transparência e Integridade. É como é sabido uma associação cívica, não-governamental, independente, que não recebe subsídios do estado, nem de qualquer outra entidade, integrada por cidadãos ímpolutos e de conduta exemplar a nível nacional.

Essa associação tem por missão analisar as publicações, sobretudo das autarquias, fazem relativamente aos dados que dão a conhecer aos seus cidadãos. Foi com alguma surpresa que eu verifiquei que agora, neste último ano, a autarquia de Aveiro foi classificada no índice que essa associação de absoluta respeitabilidade e formada por cidadão exemplares e de subsídios independente, colocou esta Câmara no lugar 133.º quando outrora, concretamente em 2012 se apresentou em 6.º lugar.

Preocupa-me. E preocupa-me porquê? Porque eu entendo que a vida pública vede ser transparente. Não só transparente para os representantes, mas também para os representados. Porque os direitos cívicos só exercem de facto quando os representados têm o poder de averiguar as coisas mais diretamente. Quanto mais diretamente os representados puderem saber, designadamente neste caso, através de publicações, melhor os representantes exercerão a sua função, mais escrutinado será quem governa e melhor será a governação destinada aos mesmos cidadãos.

Lamento que aconteça este declínio nessa classificação dos índices, que são vários. E não me admira. Porquê? Porque nós outrora tínhamos aqui público presente, havia tempos iguais para se falar, hoje não há como é sabido, as pessoas iam à Câmara e acediam aos andares da governação, falavam com os vereadores, falavam com os técnicos, tratavam diretamente dos seus assuntos.

Hoje os munícipes são recebidos num gabinete do rés-do-chão, que já lá estive por duas vezes a falar com técnicos, não consegui aceder ao lugar onde eles trabalham, onde tinham logo os elementos ao dispor, mais me fazendo lembrar passe a comparação, senti-me por exemplo de quando vou aos estabelecimentos prisionais e que falo com as pessoas lá detidas num gabinete privado. Parece que não há faculdade das pessoas se exprimirem livremente onde quer que seja.

Portanto não me admira que esta classificação tenha sido esta. Peço à Câmara que inflita nesta posição. Que para o ano sejamos classificados e que esta Câmara assuma posições de vanguarda que já teve no passado.

É o meu desejo e penso que será o desejo de todos os munícipes porque ninguém gosta que as coisas não lhe cheguem de forma clara e transparente.

No fundo esta associação até visa no fundo com certo legismo vencer a corrupção. Esta associação visa isso. E eu lembro-me sempre dos escritos que vou lendo, que a corrupção só existe quando há coisas ocultas. Tudo o que é claro e límpido, as pessoas têm acesso e tratam das coisas livremente, sabem de todos os meandros. Portanto nós queremos, os munícipes de Aveiro têm o direito de querer saber de tudo e de todos os meandros. Muito obrigado.”

Vogal Maria da Luz Nolasco (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[011](#)

“Muito boa noite Senhor Presidente, Executivo, Caros Colegas e Público aqui presente. Eu também tenho aqui algumas preocupações e também gostaria de dar um bocadinho de voz a algumas delas. As notícias saem em catadupa e a questão dos novos modelos de gestão do Estado começam também a preocupar-nos. E eu queria trazer aqui uma questão que me parece mais que evidente e que também tem sido alvo, enfim, de grandes manchetes nos jornais, que é a questão do património e da gestão do património e a passagem de

competências dos museus, dos vinte e nove museus nacionais para as Direções Regionais e agora possivelmente para as Câmaras.

Além desta transferência de responsabilidades o Estado tem feito várias passagens. Começou com as da área Social, da Educação (agora passou mesmo a intervenção da área pedagógica para as autarquias, esperamos que haja vocação para tal), da Saúde, e agora também da Cultura.

Preocupa-me a questão dos Museus essencialmente porque é uma questão que me toca e que me é muito próxima.

Com que suporte e com que competências poderão ser estas entidades assim geridas? Se pensa ou não, enfim, numa gestão supramunicipal. Se se pensa ou não gerir isto em planos territorial que possam ser inseridos na CIRA, Comunidade Intermunicipal. Se se podem anexar outros municípios, se realmente à cabeça existirem alguns que podem ser o motor de toda esta dinâmica. Enfim, preocupa-nos a nós como pessoas ligadas à Cultura.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹²

Vogal Jaime Vinagre (PS)⁰¹³

Vogal Ana Seíça Neves (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁴

“Muito telegraficamente, passou aqui a expor um problema que vários munícipes me têm abordado neste sentido por causa do estacionamento. Não é bem por causa do estacionamento, é mais pela atuação da MoveAveiro.

De repente apareceram muitos fiscais junto dos espaços destinados ao estacionamento pago, muito bem, é obrigação deles andarem a fiscalizar se as pessoas pagam ou não pagam. Só que a entidade que a intervenção deles, do meu ponto de vista, além de estranha é reprovável. Eu trago dois casos só para verem o que se passa. Ali naquela zona junto do Tribunal que é frequentado não só por Advogados mas também por todas as pessoas que têm que lá ir, Juízes, Procuradores, seja quem for. E a pessoa estaciona o carro, vai à máquina buscar o ticket e quando regressa já lá tem uma multa!? Logo. Quer dizer, temos de arranjar alguma maneira de resolver a questão. Ou vamos todos com moedas ou tiramos na véspera os bilhetes que é para ninguém nos multar. Isto é um autêntico disparate.

Mas mais disparatado é quando a pessoa usa o Epark. A pessoa usa o Epark, aconteceu isso mais que uma vez (sabemos que tem uma duração limitada, pois não pode renovar, tem de vir buscar um ticket de novo) a pessoa está a fazer o depósito, com a diferença de 1 minuto, a pessoa fez o Epark e entretanto já tinha um auto para a multa.

Isto é um excesso de zelo, é caricato, e não é estarem a fazer aquilo que devem.

Sim senhor fiscalizar, aplicar as multas, mas tem de haver alguma margem de tolerância e de compensação. Porque as pessoas não chegam e não têm logo ali os tickets prontos. Mais. Se muitas pessoas começarem a dizer que não pagam mesmo as multas porque essas máquinas estão avariadas, se calhar tinham de ter outra intervenção. E dizer que há pelo menos dois fiscais por cada zona ali!

Portanto o problema do estacionamento continua. As pessoas têm de realmente pagar o estacionamento nos sítios que é para pagar, mas os senhores da MoveAveiro e o Senhor Presidente como presidente dessa agremiação agradecia que tomasse em consideração isto que aqui lhe estou a dizer porque qualquer dia é capaz de ter aqui um grande borburinho. Nós não andamos sempre com moedas para estacionamento. Com esta agravante — se as pessoas estiverem a meio de um julgamento não conseguem vir cá fora para por nova moeda. Admito que os fiscais não saibam se as pessoas estão no julgamento ou no Tribunal, mas tem de haver alguma tolerância. O excesso de zelo é tão condenável como a negligência. Portanto gostaria que o Senhor Presidente tomasse em consideração esta situação. É só.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹⁵

Vogal Anabela Saraiva (PS)⁰¹⁶

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁷

“Obrigado Senhor Presidente. Ultimamente tem-se falado em todo lado e aqui também sobre Turismo. Temos plena consciência que o Turismo bem trabalhado é uma componente de grande importância para a economia nacional. Isto a propósito do seguinte:

Aveiro tem todas as condições, Aveiro e aquilo que o rodeia, tem condições excecionais para promover Turismo e laser.

Isto vem a propósito porque fiquei admirado que o senhor Presidente da Região de Turismo do Centro ficou preocupado porque no OE lhe foi retirado 15%. Preocupou-se porque a preocupação neste momento é sempre dinheiro. Mas podem fazer-se coisas muito positivas sem dinheiro.

Chamo a atenção para o seguinte: fecharam o Posto de Turismo da Estação!? É bom que se saiba que aquele quiosque que ali estava foi feito depois de muito trabalho, pela Junta de Freguesia da Vera Cruz. Este era um Posto de Turismo com o maior movimento de Aveiro. Se nós temos a consciência que em Portugal a maior parte vem de avião, uma outra grande parte vem de comboio. E agora, imaginem, vão fazer perguntas sobre Aveiro às pastelarias da Estação! Pedia que o Senhor Presidente da Câmara se debruça-se sobre isto.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁸

“Obrigado Senhor Presidente. Duas notas brevíssimas. A primeira de facto a uma que já aqui foi abordada, ao índice de transparência municipal. Eu contrariamente a um orador que me antecedeu não hipervalorizo a associação de direito privado que é responsável pelo índice. Mas não posso deixar de atenta a natureza dos indicadores, até pela ação fiscalizadora ao executivo (e penso que o executivo também de preocupará sobre a matéria), de ter especial atenção de que Aveiro resulte bem num qualquer retrato que qualquer entidade faça relativamente ao índice de transparência e divulgação da sua atividade.

E portanto, acredito que o Senhor Presidente esteja consciente dessa matéria e, portanto, gostava de saber o que se lhe oferece dizer. Sendo certo, e corrigir-me-á, prende-se com o acesso que os cidadãos têm à informação ou aos mecanismos de participação. Enfim, à densificação de uma democracia local.

Segunda e última nota, prende-se com as notícias da alegada intenção da Câmara proceder ao abate massivo de árvores na cidade, que obteve posição pública já demonstrada pela ADERAV nessa matéria.

Pedia obviamente esclarecimentos sobre ela, sendo certo que foi com alguma perplexidade que tomei conhecimento da alegada intenção de se proceder a abate de árvores sobre as quais não recai a indicação de padecerem de alguma patologia que determine o seu abate ou de questões de segurança sobre os cidadãos. Porque, socorrendo-me novamente da nota pública da ADERAV, com a qual genericamente me identifico, é sabido que cidades evoluídas, cidades que servem de referência para todos aqueles que apreciam a vida urbana, mantêm com orgulho o património arbóreo antigo. Portanto, a não ser esse caso em que obviamente nenhum de nós é o Ideiafix que uiva desesperadamente cada vez que uma árvore é cortada, não se tratando desse caso, obviamente que nós devemos ter em atenção que para muitos cidadãos, nomeadamente na Avenida 25 de abril, viveram uma vida ao lado daquelas arvores, que com alguma razão refere a ADERAV, algumas daquelas arvores não sendo abatidas viverão mais do que nós próprios. Portanto era essa atenção.”

Vogal Mónica Gomes (PPD/PSD)⁰¹⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁰

“Boa noite a todos. Neste ponto a bancada do PSD quer e porque é o ponto apropriado para as felicitações, diria eu, queríamos nesta bancada felicitar a Mesa desta Assembleia Municipal na Pessoa do seu presidente António Nogueira Leite, pela forma como conduziu os trabalhos durante este primeiro ano deste nosso mandato. Condução essa que muitas vezes exigiu da sua parte uma enorme paciência e benevolência. Nesta bancada desejávamos felicitá-lo pela forma como seguiu e pautou a condução destes trabalhos.

Desejávamos também felicitar porque é nosso dever de reconhecimento felicitar dizia eu o Executivo Municipal, os Srs. Vereadores e o Sr. Presidente pelo primeiro ano do vosso trabalho ao leme de Aveiro e das causas aveirenses.

Sr. Presidente, e na sua pessoa, desejávamos felicitá-lo como já disse pelo trabalho realizado neste primeiro ano de mandato. Trabalho difícil em condições difícilíssimas, mas que com o seu labor e dedicação nos deixam e nós PSD e aos aveirenses na esperança fundada de um futuro existencial risonho.

Sr. Presidente estivemos consigo em todos os degraus desta caminhada, porque entendemos que é esse o caminho para levar Aveiro aos patamares da transparência, da credibilidade, do reconhecimento e da concretização do ‘nosso’ programa eleitoral que os Aveirenses sufragaram e que em si e na sua equipa depositaram a responsabilidade da sua execução.

Sr. Presidente estivemos consigo porque esse era o caminho certo.

Na auditoria interna não para ir à caça das bruxas mas para saber o real estado do município, o tal ponto de partida

Estivemos consigo na elaboração, discussão e aprovação de vários regulamentos municipais porque era importante melhorá-los e torná-los mais aplicáveis.

Estivemos consigo quando decidiu levantar os novos armazéns para os serviços Municipais deixando assim de ter que pagar uma renda altíssima.

Estivemos consigo na elaboração discussão e aprovação da nova orgânica dos serviços porque acreditamos que a sua implementação traz acréscimo de qualidade aos serviços logo aos Aveirenses.

Estivemos consigo e continuaremos a estar na reestruturação da dívida, transformando algo virtual num plano plausível e concretizável, lutaremos consigo pelo FAM, pelo bem dos Aveirenses e pelo futuro de Aveiro.

Nesta bancada não podíamos deixar passar esta data sem felicitar o Miguel Capão Filipe, o Jorge Ratola, a Raquel Madureira, o Jorge Campino e o José Agostinho Ribau Esteves, pelo seu trabalho neste primeiro ano de dedicação a Aveiro e aos Aveirenses.

E, dizer-lhes, que podem contar com esta bancada e com a bancada do CDS nos próximos desafios dolorosos e difíceis, mas de esperança que se aproximam:

Plano de Ajustamento Municipal; Pacote Fiscal; Revisão dos coeficientes de localização do IMI; Orçamentos difíceis.

Da parte desta bancada e em termos de futuro Sr. Presidente pode contar com a nossa entrega, a nossa disponibilidade e a nossa lealdade, própria de quem quer o melhor para as nossas 10 freguesias e para o executivo — sabendo que daí sairá sempre o melhor para Aveiro e para os Aveirenses. Esse foi e será o nosso e o Vosso lema “ Mais e melhor para Aveiro”

(Deu entrada na sala o Vogal Casimiro Simões Calafate)

Presidente da Mesa⁰²¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²²

“Muito obrigado. Boa noite. Vou seguir o preceito que tinha adotado para deixar para o primeiro ponto as matérias mais ligadas à actividade municipal e, portanto, cinjo-me aqui a três ou quatro matérias.

Primeira, uma nota simples sobre o Orçamento do Estado. Só para dar nota do trabalho que os municípios portugueses têm estado a fazer. Primeiro de negociação com o Governo e com a Assembleia da República para melhorar alguns aspectos que se consideram que não estão no índice de qualidade que os municípios entendem que deveria estar. Eu destacaria duas matérias. A primeira matéria é uma matéria positiva que, obviamente, no país em que vivemos, as matérias positivas têm uma subordinação muito excessiva face às negativas. Este é o primeiro dos últimos cinco Orçamentos do Estado que aumenta as transferências financeiras para os municípios portugueses.

Deixar isto claro. É a primeira vez, nas últimas Contas de Orçamentos do Estado e Leis de alteração ao Orçamento do Estado, tivemos várias nos últimos cinco anos, que os municípios portugueses têm crescimento de receitas.

Até aqui tivemos um ano de zero e três anos de redução objetiva. É uma nota positiva que a proposta tem e que tem a ver com as dinâmicas positivas do próprio país, basicamente assente na evolução do crescimento da receita fiscal, mesmo que o Governo, que tem toda a legitimidade em o fazer, use a regra travão dos cinco por cento, para que contenha a transferência, se não ela teria um valor próximo dos dezassete por cento.

O que seria obviamente incompreensível em termos políticos para a opinião pública haver um aumento de transferências de dezassete por cento para os municípios portugueses. Esta é uma nota positiva.

A nota negativa vai a dois níveis. Estamos a trabalhar com o Governo à procura de melhorar a proposta de lei, além daquelas questões clássicas que estão em todos os pareceres da ANMP dos últimos, sem querer exagerar, dez anos. São as limitações à autonomia. E autonomia ao ponto de, pela lei do Orçamento do Estado, se destinar, dar destino final, a componentes da receita dos municípios portugueses. Criarem-se limites de vária natureza, seja ao endividamento, seja à despesa corrente, seja à despesa com pessoal, na defesa dos princípios da autonomia, este Orçamento do Estado volta às mesmas doenças que todos os outros têm tido.

A questão mais delicada está no artigo sessenta e dois da proposta de lei que procura criar as novas regras de gestão das despesas com pessoal. No caso do Município de Aveiro não é relevante porque nós temos estado, como todos os municípios, na regra da redução obrigatória.

Nos últimos três Orçamentos do Estado todos os municípios têm estado na regra da redução obrigatória de um por cento, de dois ou de três, consoante a sua patologia financeira, deixem dizer assim, e nós temos estado obviamente na redução máxima.

No nosso município e na esmagadora maioria deles é fácil cumprir, porque a simples dinâmica das aposentações chega para cumprir essa obrigação determinada pelos dois Orçamentos do Estado.

Sempre que queremos contratar alguém, qualquer câmara, lá temos que ir pedir autorização ao Sr. Secretário de Estado da Administração Pública que tem que dar uma autorização prévia para que nós possamos contratar. O que é que a Lei do Orçamento nos traz a este nível? Uma coisa boa. Acabou o parecer do Sr. Secretário de Estado para os municípios que não estão em desequilíbrio financeiro. Para os municípios que estão em desequilíbrio financeiro vai continuar a redução obrigatória embora agora só de um ou dois por cento, onde nós estamos.

Nos outros municípios fica uma regra referenciada a trinta e cinco por cento da relação da despesa com pessoal com a receita total, sabendo que os municípios que estão abaixo vão

poder contratar sem autorização de ninguém, usando vinte por cento da diferença, e os municípios que estão acima vão poder contratar usando a margem de flexibilidade por saídas, não havendo obrigatoriedade de redução.

Esta matéria é discutível. A Associação contrapropôs. Isto quer dizer, em números, que cinquenta e cinco municípios podem aumentar, contratar, porque estão abaixo dos trinta e cinco por cento e os outros só podem contratar se tiveram espaço criado, nomeadamente, por aposentações.

Qual é a contraproposta da ANMP? É que esse valor de folga seja distribuído por todos os cerca de duzentos e trinta municípios e não só pelos cinquenta e cinco que estão abaixo do tal patamar dos trinta e cinco, lutando contra este patamar dos trinta e cinco por cento para que não seja instituído na lei um novo patamar de limitação porque estes trinta e cinco por cento são uma novidade na letra da proposta de lei do Orçamento do Estado.

Portanto é aqui que está a discussão mais penosa, mais difícil, no pressuposto, e aí está toda a gente a respeitar aquilo que se acordou, que não vai haver aumento e crescimento da massa salarial total.

Isso é um pressuposto no acordo que a Associação Nacional de Municípios assumiu com o Governo e que está a ser respeitado parte-a-parte. Depois a questão é: como é que se distribui a folga? Esta é que é a grande questão. A proposta do Governo cria um critério que permite que essa folga seja usada por cinquenta e cinco municípios, a contraproposta da ANMP permite que a folga seja usada por cerca de duzentos e trinta municípios.

Em qualquer dos casos nós estamos no outro grupo, no grupo que tem obrigatoriamente que reduzir — e não é a nossa redução pelas aposentações é superior a esse valor, portanto não é por aí que nos causa qualquer espartilho.

No fundo, de grosso modo, o Orçamento do Estado tem aqui, nestas notas, obviamente sem estar a pormenorizar, temos tempo para voltar a esta matéria, nestas questões principais alguns dos seus elementos mais discutidos.

Em relação à questão dos Museus eu só queria dizer o seguinte, até porque esta é uma matéria que vai ter muita discussão nos próximos tempos. Acho que todos nos lembramos das posições políticas que foram tomadas pelos autarcas do Município de Aveiro, pelos deputados de Aveiro, a lutar contra e a dizerem o pior que houve do Governo por ter despromovido o nosso Museu.

Embora, é bom que tenhamos essa consciência, o Museu não passou, e é triste ouvir isto pela voz de técnicas superiores da área, de nacional a regional. Isso não existe.

O Museu era nacional e continua a ser nacional. O que mudou é que a entidade liderante da gestão era o Ministério, ou nos últimos anos uma Secretaria de Estado, e passou a ser uma Direcção Regional. O estatuto é rigorosamente o mesmo: Museu Nacional.

Aquilo que eu espero é que nós consigamos fazer a maior promoção que é possível fazer ao nosso Museu e que é coloca-lo debaixo da alçada do município e ele ser um Museu gerido pelo município — e essa será a maior promoção que nós lhe possamos fazer.

Eu sei que há muita gente que não gosta de ter o poder por perto, mas isso são coisas da vida. Estou muito entusiasmado com esta proposta do Governo; já tivemos várias reuniões de negociação além do mais. Este é um processo que veio agora à praça porque o Sr. Secretário do Estado, na sua participação na discussão do Orçamento do Estado na Assembleia da República referenciou isto, mas já vamos com várias reuniões de trabalho.

Da nossa parte estamos muito entusiasmados com esta matéria, sabendo que só poderá haver acordo se o contrato de transferências de competências tiver aquelas coberturas todas de responsabilidade, de cobertura financeira das despesas, capacidade de financiamento, etc. Ninguém hoje, nem a Câmara de Aveiro, nem nenhuma outra, aceita transferências seja lá em que competência for e ficar com a gestão das despesas. Seja lá a coisa melhor do mundo, hoje ninguém está disponível para isso, muito menos uma Câmara na nossa condição financeira. Esse princípio é um princípio sagrado. Portanto saúdo o Governo, mais que

saudá-lo estamos à mesa a trabalhar, e espero que o trabalho possa dar fruto. Se der frutos cá estaremos com muito gosto a assumir essa responsabilidade. Faremos muito melhor, muito melhor, a esse nível que os poderes nacionais, não tenho dúvidas nenhuma. Hoje, os melhores museus do país em termos de qualidade são municipais, isto é da vida... E posso garantir, em absoluto, que faremos com os nossos funcionários e com os funcionários do Museu, porque a estratégia é utilizarmos as pessoas que lá estão a trabalhar, faremos muito melhor.

Com uma nota e que é uma nota estratégica: ficamos a manusear aquele elemento no meio dos vários valores culturais que o Município tem para manusear e que nos permitirá elevar a qualidade da prestação cultural e elevar a capacidade de articular políticas que, cada vez mais, na área da cultura, como em tantas outras, no turismo, na educação e na saúde, embora na educação muito pouca e na saúde só em termos de reflexão, porque não há nada a esse nível que o país seja capaz de fazer aquilo que não tem feito, a não ser discurso, e que é descentralizar.

E está provadíssimo que há uma série de áreas que descentralizadas, geridas de perto, são muito melhor geridas e a eficiência dos meios é muito mais alta do que aquilo que é feito hoje. Isto para ficarmos aqui em questões genéricas porque podíamos falar com pormenor, mas só falaremos de pormenores se um dia estivermos na antecâmara de um contrato, e nós só estaremos na antecâmara de um contrato, na antecâmara da assinatura, se for um bom acordo. Se não, com muita pena nossa, não estaremos disponíveis para receber seja lá o que for sem a cobertura técnico-financeira — quero deixar isto muito claro.

Mas estamos a acompanhar o dossier, a trabalhar no dossier, esperando que o processo tenha desenvolvimentos. Se tiver muito bem, se não tiver paciência, seguimos a fazer o nosso trabalho.

Em relação ao índice da transparência dizer-vos só o seguinte, sem considerações excessivas porque não quero ser notícia por isso. Eu não tenho em consideração relevante semelhante entidade, nem semelhante indicador.

Terei gosto em privado porque o não faço em público, porque se o fizesse teria, seguramente, um mau entendimento muito complexo de gerir e não estou para aí virado.

Mas vejam só isto. Analisem com profundidade a época analisada, quando fomos sextos e a época analisada quando fomos centésimo trigésimo terceiro, e vão perceber que na esmagadora maioria da época em causa a responsabilidade política é exatamente a mesma, porque o anúncio público do índice não tem a ver com o período avaliado.

Depois analisem um outro aspecto. Aquilo que está em causa neste índice não tem nada a ver com o acesso do público aos andares, não tem nada a ver com nada disso. Tem a ver com a quantidade e qualidade de informação disponibilizada em aplicações, em que há uma predominância de avaliação que é o site.

O nosso site, ainda hoje, é igual ao site de há um ano, há dois ou três. A quantidade e a tipologia de informação que lá está é exatamente a mesma.

Que coisa curiosa, passámos de sexto para centésimo trigésimo terceiro!?! E por aqui me fico porque há coisas que merecem tempo e atenção e há coisas que não merecem nem tempo nem atenção.

Mas se a análise que se quer fazer for séria e profunda então façam a análise séria e profunda e depois voltaremos a falar da matéria. Por mim, já perdi quatro minutos a mais do que normalmente perco com semelhante entidade e com semelhante indicador.

Uma nota que gostava de referenciar em relação ao que disse o Paulo Marques e que é subscrever, especialmente a luta muita antiga, que é a eletrificação da linha do ramal da ligação ferroviária da Linha do Norte ao Porto de Aveiro. Infelizmente só ao terminal norte do Porto de Aveiro porque não houve engenho nem arte do Município de Aveiro de negociar com a APA que o terminal Sul também tivesse servidão ferroviária.

Ainda há tempos, já falei nisto, um dos argumentos pelos quais perdemos uma operação para o terminal Sul foi pelo facto de não ter uma servidão ferroviária. O Município de Aveiro deixou passar os comboios, completamente. Os de carga, bem entendido, de servidão portuária.

Mas ganhou-se agora aquilo que não se conseguiu na altura. Nos anos todos que andámos a negociar, houve muita gente envolvida nesses lóbis, felizmente, já era para que a linha viesse eletrificada. Quando se andam a negociar investimentos há sempre que distribuir o bem pelas aldeias e há sempre cortes. Foi feito esse corte e agora vai haver essa introdução completando aquilo que era o projeto inicial.

Em termos de competitividade, de custos, em termos ambientais, manusear locomotivas, é disso que estamos a falar, elétricas ou a diesel é completamente diferente. Há uma pequena nota que não é exatamente boa, mas é a vida.

As catenárias não se podem pendurar nas nuvens, nem no firmamento das estrelas, e a paisagem que já não é exatamente a mesma, que já não foi beneficiada com a presença do viaduto, vai lá ter uns postezinhos que ao longe mal se veem, mas numa relação mais próxima tem a sua presença. Mas ainda ninguém inventou um processo diferente de pendurar as catenárias, embora em termos ambientais o ganho seja enorme, deixando de ter locomotivas a diesel e passarmos a ter locomotivas elétricas.

É uma nota positiva muito importante que vai seguramente contribuir para mais um passo para as reformas do nosso Porto, para que as exportações que o Paulo Marques referenciou, que têm uma presença importante, possam, seguramente, crescer e termos mais exportações a sair pelo Porto de Aveiro, e menos por outros portos. Embora, obviamente, que usem todos os portos mas que usem mais o nosso, porque há boa parte dessas exportações que poderiam sair pelo nosso porto e que não estão a sair, estão a sair por outros.

Última questão relacionada com a pergunta da Mónica sobre os semáforos da EN 235. O que lá está construído é um meio caminho entre aquilo que foi acordado e aquilo que vamos ter lá. O que é que foi acordado? Há um projeto, o projeto de reabilitação da EN 235, e que está na sua fase final. Apenas pedimos uma revisão profunda de alguns pormenores que depois, um dia mais à frente, falarei convosco, publicamente. Nesse projeto o cruzamento da Bica, que é como se chama este cruzamento em Mamodeiro, tinha uma rotunda. Era uma rotunda que fazia o cruzamento. A partir de algumas situações de fatalidade houve uma pressão sobre a Câmara, sobre o IEP que é o dono da estrada, para se tomar uma providência mais rápida. E, então, decidiu-se colocar, rapidamente, um semáforo, porque o projeto da rotunda está integrado na qualificação total do troço da EN235 que vai desde o limite de Oliveira do Bairro, quando acaba a variante de Sangalhos, até ao início da nossa variante na zona onde vai ser construída a rotunda de ligação à estrada que nos levará à Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico de Eirol.

E o que é que foi feito? Quando nós chegámos à Câmara tinha o IEP lançado o concurso de semaforização do cruzamento e, fatalidades desta vida dos concursos, o concurso não pôde ser adjudicado porque só houve um concorrente e que propôs um preço acima da base, e portanto não houve condições para o adjudicar.

Entretanto já estávamos à mesa e o que é que nós propusemos. Ponto um: uma alteração técnica no semáforo para que ele não estivesse ligado de forma regular, mas que estivesse sempre intermitente e que o seu acionamento fosse provocado por pressão de um botão pelos peões e fossem os peões, quando precisassem de atravessar, que acionassem o verde e o vermelho. Sem essa situação ele estaria sempre a “pisar”.

Numa negociação, quando o processo estiver terminado, julgo que mais três ou quatro semanas estará terminado, poderei explicar com pormenor, entendemos que aquela rotunda não faz sentido nenhum (além de ser uma rotunda caríssima porque tem dupla inclinação, há uma dupla inclinação nos dois sentidos do cruzamento) que ali viesse a ter um separador central sem possibilidade de atravessamento da via. E cá em baixo na rotunda que está no

projeto agora, que não estava, estava no episódio negocial pontual entre a Câmara, o IEP, e os Armazéns Reis, agora já acabou essa negociação e integrámos essa rotunda no projeto. E porquê? Porque desonerámos o IEP de fazer a rotunda da Bica e faz a rotunda do cruzamento com a A1.

Ponto de situação. A via que vai contornar os Armazéns Reis e que vai fazer o acesso viário à zona da Bica, vai permitir que haja ali uma circulação sempre “na mão”, sem atravessamentos, aumentando imenso a segurança de quem ali circula. Este é o acordo, desonerando a Câmara de pagar um terço da obra da rotunda, porque o acordo dividia os custos da obra em um terço para a Câmara, um terço para o IEP e um terço para os Armazéns Reis.

Quem vai pagar a rotunda? Cem por cento é o IEP e aquilo que é a participação financeira da Câmara e dos Armazéns Reis é para a nova via de acesso aos Armazéns Reis porque vão fechar o actual acesso e a via que vai fazer o contorno para fazer a servidão à área urbana que está a sul da EN235 em Mamodeiro. Achamos que vai ser uma boa solução, apenas temos agora este episódio transitório. Quando esta operação estiver pronta é pura e simplesmente retirado o semáforo.

Nesta fase há ali um jogo, às vezes todos nós lá passamos, de vez em quando está a piscar, de vez em quando está ligado. Está-se a tentar uma posição equilibrada para que em alturas onde haja mais circulação de atravessamento estar ligado, onde há menos, estar a piscar para privilegiar o eixo principal que tem noventa e sete por cento do tráfego e por aqui resolvermos o problema. Muito obrigado.”

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DE 24SET14 a 10NOV14;

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra⁰²³ ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁴

“Uma primeira nota introdutória curta; vamos só ouvir falar de obras e de FAM que são os dois primeiros pontos da exposição. Só para realçar dois aspectos, obviamente que estarei ao dispor para todas as questões, para as que já estão colocadas e para as que irão ser, com todo o gosto.

Este foi um período rico e intenso. Estamos numa fase, ao nível das obras, em que conseguimos resolver quase todos os problemas dos muitos problemas que tínhamos em todas as obras; não havia nenhum sem problemas. Garantir execução, financiamento, capacidade de fazermos equipa com os empreiteiros, com financiadores, com licenciadores. Temos hoje uma operação eu tem outra pressão em cima dela, que é a pressão da execução porque tudo isto são fundos comunitários com quem já regularizámos todos os mil problemas. Hoje, a Câmara de Aveiro já não é má executora. Num ano só conseguimos passar a ser boa executora em taxa de execução, já estamos a trabalhar em relatórios finais, em tudo aquilo que é normal numa câmara boa executora de fundos comunitários. Já pertencemos a esse grupo, mas temos algumas situações de debilidade de alguns empreiteiros que estamos, obviamente, a ajudar o mais possível. E há uma intervenção que ainda não resolvemos, vamos achando, de vez em quando, que estamos perto, mas vai surgindo uma nova

dificuldade no caminho, que é a nossa querida ligação da A25 à Avenida das Agrads do Norte. Essa situação ainda não está resolvida, espero que possamos resolver muito proximamente o último problema pendente, neste momento é só um problema que está pendente. Há, neste mês de novembro, e é isso que tentámos sumariar, um conjunto vasto de intervenções, algumas, e o texto é rigoroso, ainda não estão fisicamente a acontecer mas que estarão por dias, durante este mês vão surgir aos olhos de todos nós. Quisemos também colocar uma referência à importantíssima obra da Associação dos Municípios do Carvoeiro que além dos constrangimentos que causa nas zonas por onde passa, não há volta a dar-lhe; abrir valas, tapar valas, causa problemas mas não há volta a dar-lhe. Lembro que falámos aqui nesta Assembleia há uns meses, quando a obra estava em Nariz e falámos aqui sobre os problemas de Nariz, hoje já toda a gente pode ir a Nariz, as repavimentações estão todas feitas, a obra está terminada e com muita qualidade. É o que vai acontecer.

A talhe de foice, em Cacia a obra vai ser terminada com toda a qualidade e rapidamente. A obra está com uma pressão forte, tem que acabar até ao final do ano, a obra está financiada por Fundos Comunitários, o empreiteiro tem prazos, sem o cumprimento dos prazos entra em multas, há uma pressão muito forte. Embora, sempre gosto de realçar e isto está na comunicação, a importância desta obra. A obra vai aumentar a nossa capacidade de captar águas no Vouga, que é a nossa principal fonte, nossa município de Aveiro e nossa no conjunto dos oito municípios servidos pelo sistema, aumentar a qualidade da água. Nós hoje somos privilegiados por termos um parâmetro médio da qualidade da água de noventa e oito por cento, mas há novas directivas comunitárias a serem transpostas por um lado e por outro lado, queremos passar a cem por cento.

O elemento mais caro e mais complexo está a ser construído: a nova estação de tratamento de águas, que é aquela grande obra que se vê quem vai no sentido do lado direito da nossa A25, no cruzamento do Carvoeiro, quem vai no sentido poente-nascente.

Terceiro efeito, resolver o nosso grande problema, o problema de Cacia e o grande problema de cerca de metade da população do nosso município, e que bem vivemos num dos fins-de-semana de Julho e que foi estar-mos três dias sem água em casa. E que é o quê? É a conduta adutora que traz a nossa água do Carvoeiro, no troço entre Angeja e Cacia, que é uma conduta de ferro dúctil que de vez em quando tem ruturas. Só que naquele dia, naquela sexta-feira a meio do dia, foi uma rutura muito grande que provocou uma operação de descarga da conduta, houve o tapamento da fissura, só que quando a conduta foi para carga voltou a fissurar. E, portanto, toca a repetir tudo, e alguns cidadãos sabem, infelizmente, o que é estarem três dias sem água, no mundo em que vivemos.

O que é que a obra do Carvoeiro está a fazer? Está a fazer um bypass a esta conduta que nos vai permitir baixar muito a probabilidade de repetirmos o acidente. Relembro só isto para terminar: esta conduta alimenta Ílhavo e Aveiro. Apenas que em Ílhavo não há problemas porque o mecanismo dos depósitos têm rede que permite bombear de depósito para depósito. O município de Aveiro como não fez o seu trabalho de casa, Ílhavo tem isso feito há quase vinte e cinco anos, nós não temos condição de bombear de alguns depósitos para outros. Portanto, quando a água acaba num depósito, acabou; não podemos bombear de onde há para onde não há porque não há rede entre os nossos depósitos.

Esta é uma mais-valia muito importante para nós, porque aquela zona do Baixo Vouga é uma zona com solos que se mexem muito e a probabilidade técnica de haver uma fissura existe sempre. Obviamente com duas condutas baixamos a probabilidade de ter que viver situações complexas. Dar esta nota, porque introduzimos no último parágrafo deste ponto, esta componente de referência a esta obra que tem incómodos para onde passa, é evidente, e a zona de Cacia onde estamos agora a passar é uma zona densamente povoada, de arruamentos estreitos, com as questões do afogamento da EN109 tem todos estes constrangimentos, mas não há volta a dar-lhe.

A obra é muito importante e tem que passar, passar bem e depressa. A empresa está a fazê-lo e a Câmara a acompanhar, embora a Associação de Municípios do Carvoeiro também é do Município de Aveiro, sendo, de longe, o maior município em tudo — mede-se por água consumida e nós somos o maior município da Associação.

Tomei boa nota de tudo aquilo que o Jaime Vinagre referenciou para que nós mantenhamos o nosso alerta e o nosso acompanhamento para que a obra corra bem, o mais rápido possível. De Verão faz pó, de Inverno faz lama, mas já há muitos anos que as obras não são ponderadas. Isto é uma obra de quase dois anos, tem que acabar nos prazos da adjudicação, tem que executar fundos comunitários, tem financiamentos bancários, e, portanto, o primeiro interessado é o empreiteiro. Esperemos que tudo corra bem no pouco tempo que falta, a obra está com um mês e meio e eu acredito que o empreiteiro venha a ter argumentos, nomeadamente as intempéries, para pedir algumas semanas de prorrogação, que neste tipo de obras são normais.

A segunda e última nota tem a ver com o FAM e com aquilo que aconteceu de muito importante neste tempo. Depois da Assembleia Municipal, como todos temos boa memória, fizemos o trabalho de assinatura do contrato com a DGTF de envio do Contrato ao Tribunal de Contas, tivemos esse record nacional de ter um Visto em oito dias. Sinal de que o processo estava feito com toda a correção, e tivemos a recepção do primeiro desembolso no dia três de novembro e teremos o segundo desembolso, a chegar à nossa conta, à volta do dia quinze, formalmente. Portanto cumprimos o nosso objetivo e vamos cumprir os nossos objetivos de planeamento financeiro, nomeadamente para o nosso mês crítico que é este mês de novembro.

Sr. Presidente, Srs. Membros, são estas as duas notas de realce deste tempo e da exposição, estando obviamente ao dispor para todas as questões.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[025](#)

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados Municipais, Senhor Presidente de Câmara e demais presentes.

Eu queria enviar uma saudação especial, não podia deixar de o dizer, para o Senhor Costa que foi durante muitos anos funcionário desta autarquia. Durante muitos anos esteve aqui particularmente neste edifício. Portanto era um funcionário diligente e empenhado e como pessoa um ser humano sincero e afável. E agora que foi a sua reforma gostaria de lhe enviar felicidades pessoais.

Senhor Presidente de Câmara, quanto à Comunicação que nos faz aqui chegar, refere que foram resolvidos todos os problemas com exceção da ligação à A25!? Ligação à A25 a fazer nas suas palavras eventualmente a não resolução deste problema não lhe poderá ser assacada politicamente. Contudo creio que omite o facto que, mais importante que resolver todos os problemas, palavras suas que certamente apenas a si o responsabilizarão, creio que o mais grave neste ano de mandato é os dez compromissos eleitorais terem ficado por cumprir. Mas isso já é comumente conhecido portanto não vale a pena insistir.

Na sua intervenção referiu a resolução de diversas questões relacionadas com a água e com o FAM.

Sem dúvida que são problemas que fazendo fé nas suas palavras terão sido resolvidos e ainda bem que o foram a bem das populações do município. Mas a realidade é esta, é que além do FAM, e já lá iremos, a verdade é esta, é que o município, aquilo que é a sua dinâmica, está hoje muito, muito, mais pobre.

A realidade é que lendo aquilo que é a sua comunicação a verdade é que se repara na ausência de um conjunto de obras que foram prometidas, repara-se que do ponto de vista das obras refere apenas obras que estão em fase de acabamentos ou outras pequenas obras como

os remendos no parque da sustentabilidade. Há uma omissão de todo um conjunto de vida que existia neste concelho e que deixou de haver.

Note o Senhor Presidente que sobre Cultura apenas se refere, e estamos a falar de três parágrafos no máximo, a um conjunto de exposições que houve. Não se fala por exemplo da participação cultural da população.

Sobre a Ação Social há duas frases que referem que foram entregues duas habitações sociais pela Câmara. Sobre Desporto há zero.

Ou seja, somos sem dúvida hoje um município mais empobrecido naquilo que é a sua dinâmica.

Nota-se na sua comunicação por fim que, esta Assembleia irá discutir isto aprofundadamente espero eu, espera o PCP, a sua relação de contas de despesas, enfim o assacar de mais receitas, independentemente a quem seja e independente da circunstância que seja, que será sempre o município a pagar por isso.

Senhor Presidente nos dois minutos que me restam gostaria de recolocar um conjunto de questões. Primeiro em relação à MoveAveiro. Chegam notícias preocupantes de casos de assédio a trabalhadores da empresa, parece que lhes vem sendo perguntado, se preferem ser jardineiro da autarquia ou motorista de autocarro? Ora na nossa opinião do PCP isto é completamente inaceitável. Isto não só pelo clima de intimidação e de medo que se coloca nos trabalhadores, mas também pelo facto de isto frustrar qualquer solução futura àquela empresa. Para nós o investimento público é necessário. E se temos a certeza que é possível uma empresa funcionar sem administrador boys, temos a certeza também que é impossível uma empresa daquelas funcionar sem motoristas de autocarros.

Isto agravando ao facto de que a MoveAveiro continua a ter linhas e horários desfasados das necessidades das populações, num quadro portanto em que a sabotagem da empresa continua, arruinando-se sucessivamente.

Senhor Presidente de Câmara em relação à Avenida Artur Ravara é um assunto que certamente estará mais do que a par, bem como todos os presentes nesta sala. A realidade é esta, a solução que ali está no parque da sustentabilidade, não é a solução necessária quer para servir bem o Hospital de Aveiro e os veículos de emergência médica que ali tem de passar, mas também a população de Aveiro que vê-se ali com grave constrangimento.

Senhor Presidente de Câmara em relação à diminuição de funcionários por si anunciada em entrevista ao Jornal de Notícias sensivelmente há três semanas, mais coisa menos coisa.

Senhor Presidente de Câmara ambiciona perder 400 funcionários, sensivelmente cinquenta por cento arredondando números, que funcionários são estes e que serviços públicos vamos perder? É impossível quatrocentos funcionários fazerem a mesma coisa que oitocentos. Que serviços públicos vão ser prejudicados com esta solução que ambiciona, mas que até à data da entrevista apenas três funcionários tinham corroborado a sua ideia?

Três coisas finais. Sobre o estudo para a transparência. Nós também não fazemos uma valorização tout-court daquele estudo. Portanto são critérios, valerá o que valerá, mas Senhor Presidente de Câmara, é inegável uma redução da qualidade da democracia neste concelho. E esta Assembleia Municipal é prova disso mesmo.

Duas ideias e termino. Os atrasos nas obras na escola da Vera Cruz. E por ultimo em relação ao arranque do ano escolar. O PCP regista os atrasos existentes na colocação de pessoal auxiliar. Há atrasos na colocação de funcionários nas escolas, nomeadamente São Bernardo entre outras e pensamos que isto é uma situação em que a Câmara deve intervir.”

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[026](#)

“Fazer uma nota prévia. A minha intenção era falar maioritariamente sobre o FAM e mais sobre o programa de apoio municipal, mas dado que se falou tanto das obras das condutas de Carvoeiro, é preciso recordar que a Associação de Municípios de Carvoeiro Vouga,

estabeleceram para si um negócio ruinoso em que se comprometem a garantir caudais mínimos, para a mesma empresa que debitou uma fatura astronómica ao município de Barcelos!? Essa empresa reclama para si 172 milhões de euros ao município de Barcelos, e essa mesma empresa está também envolvida neste negócio. O Bloco de Esquerda já tinha falado sobre este negócio e inclusive vê-se bem nas palavras do Presidente da Câmara que de facto há investimento público para garantir as condições adequadas para que não haja roturas nas condutas, etc, mas está a garantir i lucro privado. Isto é lucro privado porquê?

Porque o negócio prevê a garantia de caudais mínimos independente faça chuva faça sol o negócio tal está estabelecido garante caudais mínimos à empresas concessionária.

E agrava-se a isto que a concessão foi prolongada por 10 anos sem concurso público! Aliás, os termos em relação àquilo que aconteceu no município de Barcelos são muito semelhantes. E eu suscitava ao Presidente da Câmara um comentário a isto porque tudo o que disse falou sobre as obras não falou sobre a questão de fundo que é o negócio de concessão.

Em relação ao FAM e ao PAM. É possível ver na comunicação uma alegria a dizer que somos os primeiros a aderir a este programa, parece que este é um programa que premeia boas práticas nas autarquias. Na realidade é programa de ajustamento de finanças. É o reconhecimento que algo não está bem.

Curiosamente parece que também em Ílhavo foram os primeiros a aderir ao PAEL. E portanto há aqui um traço comum entre estes dois concelhos. Mas de facto não é o fundo e apoio municipal é o programa de apoio municipal porque é ele que vai vincular durante vários anos o garrote sobre o concelho de Aveiro. Aliás, é possível ler na lei 53/2014 «as deliberações da assembleia municipal de aprovação do PAM, e das suas eventuais revisões, obrigam o município durante a vigência do contrato, ao cumprimento do seu conteúdo, nomeadamente quanto à fixação de taxas do IMI, lançamento de Derrama e determinação da participação variável no IRS».

Ora qual é aqui a marosca? É que se pensarmos bem parece que nos estão aqui a dar muito espaço de manobra. Mas não estão? Porque o IMI por exemplo, tal como outros impostos, são balizados pelo Governo Central. Por exemplo o IMI nós sabemos que a banca tem 150 mil fogos que estão permanentemente isentos de IMI e por isso não se vai fazer nada. É curioso que quando se é dito que são precisas receitas sobre isso não se mecha uma palha. Portanto mais uma vez o IMI vai onerar sobre as pessoas que vivem há mais tempo no concelho e que já não estão sujeitas a isenção.

A nível de Derrama é um imposto bastante reduzido, que ainda por cima incide sobre o lucro tributável. Se quiserem ver em mais pormenor sabem que sobre aquilo que é lucro tributável há enorme exceções que podem reduzir aquilo que é a base de incidência tributária.

E finalmente o IRS variável, que é um imposto sobre o trabalho e sobre o qual os trabalhadores não têm meios de reduzir a sua base de incidência.

Portanto está lançado o caldo para taxar mais uma vez os munícipes na sua condição de trabalhadores.

Também é possível ler neste regime financeiro municipal que são nulas quaisquer deliberações que contrariem o cumprimento dos objetivos previstos no programa de apoio municipal. Ou seja, a democracia fica em suspenso e a assembleia fica com um garrote bastante grande para poder exercer a sua política ao longo dos anos.

Uma nota final para perguntar ao Presidente que se afirma como liberal da ala direita, o que entende sobre um programa destes que é tão centralizado. Ou seja, o Estado cria um garrote nas transferências para as finanças locais e depois cria sucessivos programas para criar austeridade a nível municipal. E portanto, com alguém tão liberal, era curioso o que é que entende sobre estes novos organismos que ainda por cima criam novos lugares e novos tachos.”

Vogal Maria da Luz (JPA)⁰²⁷

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do artigo 31.º do Regimento:[028](#)

“Senhor Presidente. Um pequeno ponto de ordem à Mesa. É sobre o andamento dos trabalhos, mas não quero provocar nenhum problema à Mesa. É o seguinte: – tem sido praxe, mesmo neste mandato, que as intervenções se façam interpoladamente por bancada. Isso estimula e enriquece o debate e isso não está a ser feito nesta sessão. Era só para dar essa indicação à Mesa enfim, como não é regimental e tem havido uma prática, era só essa questão que queria levantar.”

Presidente da Mesa:[029](#)

“A prática é a que indica de facto. O regimento indica que é de seguida, mas vamos tentar retomar a prática.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[030](#)

“O Senhor Presidente lá gere como entende. Quando a gente reclama o Senhor Presidente diz que somos insolentes. Mas eu não lhe admito isso. Quero reiterar isso. O Senhor Presidente, acuso-o formalmente, é parcial na condução dos trabalhos. E nessa medida não é um bom Presidente desta Mesa. Nós não estamos habituados a isso. E quedo-me por aqui. Agora retomando o assunto...”

Presidente da Mesa:[031](#)

“Senhor deputado a sua animosidade fica registada...”

Vogal Jorge Nascimento:[032](#)

“Eu não me dirijo propriamente ao Senhor Presidente, dirijo-me à Assembleia...”

Presidente da Mesa

“Dirige-se à Mesa Senhor Deputado. É regimental.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)

“Pronto à Mesa. Sobre os trabalhos. Temos a comunicação do Senhor Presidente e nós a leitura que fazemos é, o Senhor Presidente faz uma Comunicação ao sei estilo, respeitamos o seu estilo. Um estilo com pendor para a autoestima. Vou-lhe dizer que não acho mal Senhor Presidente. A autoestima é muito importante. E portanto o Senhor Presidente confia naquilo que faz ou naquilo que diz que vai fazer, em patamares de grande desenvolvimento mas isso também não corresponde aos índices de realização. É verdade é essa Senhor Presidente.

O que o Senhor Presidente diz na comunicação é sempre com projeção para o futuro, patamares de grande desenvolvimento, mas na realidade isso não aconteceu. Era este aspecto que eu queria sublinhar.

A comunicação é parca, não refere aspecto como deveria referir, como já aqui foi sublinhado. Não refere os aspetos sociais, na área da cultura não teve, na área do desporto não teve, não teve porque não houve não é.

E nós estávamos habituados a que a Câmara tivesse uma panóplia de eventos. Não só a anterior, todas as Câmaras anteriores.

Continuamos à espera daquela ligação à A25! Continuamos à espera que o trânsito não fosse conduzido para as estradas de Cacia, como continua ser, porque V. Exa dizia que resolveria i problema das portagens e não resolveu. As estradas continuam esburacadas. Mas eu deixo-lhe agora uma pergunta: – o Senhor Presidente introduziu aqui o tema da água, e tem dito que nós pagamos a água mais cara, e eu quando disse isso pensei, não deve ser necessariamente assim e foi questionar se isso seria realmente assim.

Eu lembro que o Município aderiu às Águas da Região de Aveiro e houve um compromisso nessa concessão com a ADRA, ficou acordado que os municípios da Região de Aveiro em 2014 teriam a água todos a preço igual. Eu pergunto ao Senhor Presidente o que é que aconteceu, o que é que a Câmara já fez para fazer cumprir esse compromisso formalmente acordado. Portanto pergunto ao Senhor Presidente se já fez algo sobre isso?

Sobre a questão do FAM o Senhor Presidente vangloria-se do FAM, mas já é conhecida a minha posição. Acho que o FAM é um desastre para os municípios, numa incidência gravíssima nomeadamente ao nível dos impostos do IMI, mas quando chegar a ocasião ei pronunciar-me-ei sobre isso. Para já tenho dito.”

Vogal Paula Marques (CDS)⁰³³

Vogal João Barbosa (PS)⁰³⁴

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰³⁵

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰³⁶

Vogal João Barbosa (PS)⁰³⁷

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰³⁸

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³⁹

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁴⁰

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁴¹

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁴²

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁴³

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁴⁴

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁵

“Muito obrigado senhor Presidente. Calculo que a pergunta que há pouco lhe fiz sobre as árvores venha a merecer resposta agora neste período.

Muitas questões já aqui foram levantadas, mas eu queria abordar duas ou três. Uma tem a ver com aquela referência que faz do seu reiterar de alerta ao Governo relativamente ao pórtico de Aveiro. Gostava de saber em que pé é que isso está porque o final deste governo já se conta em semanas. E estava aqui a ver na internet, que tem esta factualidade de nos ajudar a recordar alguns elementos, que a 21 de abril 2011, o Presidente da Distrital do PSD prometeu aos aveirenses e estou a citar “o futuro governo do PSD acabara com os pórticos na cidade”. Gostava de saber se tem ideia se o governo cumprirá a promessa dos candidatos do PSD feira então.

Uma questão que penso já terá sido abordada aqui, mas que permanece a propósito da definição de toponímias, eu com a seriedade e a dignidade que ela merece, que é a deliberação de 29 de Junho de 2009, aprovada por unanimidade pela Câmara, obviamente não era Câmara que o Senhor Presidente integrava, mas a instituição é a mesma, que é a decisão de atribuir referência toponímica ao Dr. Candal.

Penso que o tempo vai passando e os aveirenses interrogam-se por que é que tão merecida homenagem ainda não foi feita.

Seguramente, nem quero acreditar, que tenha razões para que essa vontade da Câmara não seja cumprida e, portanto, gostava de ouvir o que se ofereceria dizer sobre essa matéria e em que pé é que estaria.

E finalmente, o ultimo ponto da sua comunicação refere à questão da acessibilidade a São Jacinto, os horários da lancha para São Jacinto. Fomos surpreendidos com uma desinteligência (terá sido essa a expressão) relativamente ao horário para a lancha para São Jacinto. Eu julgo que todos concordaremos que a integração de São Jacinto no território do município não é uma despesa é um investimento.

É evidente que as suas particulares condições suscitarão sempre uma despesa acrescida relativamente na manutenção das suas acessibilidades, mas essa especificidade justifica-se.

O Senhor Presidente refere que está ainda em processo de maturação relativamente a essa oferta, obviamente será sempre deficitária, mas eu penso que o município tem obrigação de assumir essa natureza, sobre pena de ter de questionar a sua reorganização territorial o que manifestamente não será o caso. Mas portanto como o Senhor Presidente está ainda a ponderar se esta manutenção de horários é para continuar ou não, saber neste momento qual é essa ponderação.”

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁶

“Boa noite a todos. Eu iria abordar das obras que estão a ser feitas na diversidade espacial, mas os meus colegas presidentes de junta já disseram quase tudo e já se percebeu bem dessa distribuição pelas diversas freguesias.

O único que não fez foi o de São Jacinto que de facto é uma das freguesias mais intervencionadas e que estará com maior pujança e bem. Com o car-surf, cais dos pescadores, requalificação frente ribeirinha e o prolongamento do passadiço da praia. E portanto gostaria de mais uma vez louvar essa diversidade e este dinamismo de resolução dos problemas e dinamização. Inclusivamente algumas ligadas às atividades turísticas, como o CMIA (que esteve tantos anos como esteve) e a reabilitação do Mercado do Peixe também. Aquele edifício lindíssimo que merece ser intervencionado porque já estava a atingir situação de salubridade de facto muito preocupantes.

Á parte disto gostava de louvar e enfatizar as preocupações que a Câmara tem tido com o desenvolvimento económico do Turismo. Espero que se persigam os bons resultados que se verificaram este ano e louvar em especial o contrato de mecenato que foi possível ter e acordar com os hotéis – coisa que hoje aqui ainda não tinha sido referenciado. Situação única julgo eu, fruto de uma situação infeliz, é de louvar e valorizar esta situação. Também a reorganização prevista em relação às lojas e a adesão ao projeto do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, em relação ao facilitar as visitas na Reserva de São Jacinto. Mas um argumento para atrair visitantes e atrair pessoas e facilitar essas deslocações.

De qualquer forma eu não me posso esquecer do que foi recentemente lançado, da Agenda Aveiro, que surgiu em Outubro e no mês de Novembro. E a Agenda Aveiro é possível consultá-la e evidencia o dinamismo cultural e económico que tem acontecido no município. Pode o relatório da atividade não o evidenciar tanto, mas ainda bem porque eu não sou adepta de relatórios de trezentas páginas, mas de facto a Agenda Aveiro está apelativa, acho que foi um projeto muito bem concebido. Só estranho que alguns colegas meus aqui de assembleia municipal valorizem tanto rating de informação virtual acerca de transparência e outras e não tenham literacia informática para descobrir esta Agenda Aveiro e a programação que ela contém nos mais variados níveis.

E também estranho, já que estamos a bordar a questão cultural e em relação ao meu colega Marques pereira nas preocupações em relação ao Teatro Aveirense e do potencial envolvimento da CIRA, que ele também não tenha descoberto o projeto de Cultura em Rede! Que é um projeto que está em vigor a algum tempo e que tem precisamente esse tipo de objetivos que expressou e que creio com muito sucesso.

Gostaria também de enfatizar aquelas preocupações que tem sido tidas com as pessoas nos processos de decisão pública e de requalificação urbana, nomeadamente este projeto SITE em torno da mobilidade e da bicicleta e também o projeto Viver a Cidade. E também dar nota que também eu de facto julgo que a pedonalização não é o melhor que há para as cidades e de facto a rua Direita é um exemplo de que as consequências daquilo que foi feito não foram as melhores.

Finalmente gostaria também de falar, uma vez que não foi abordado, da ação da recuperação de IVA que a Câmara está a fazer – julgo que também é importante. E louvar a

celeridade e o empenho e o trabalho que foi feito no âmbito de Aveiro ter sido a primeira cidade a receber os fundos. Coisa que eu não vejo há muito tempo Aveiro ser a primeira por trabalho realizado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[047](#)

“Neste ponto dos nossos trabalhos, Atividade Municipal o que nos apraz dizer é que ela foi intensa como têm sido todos os meses deste mandato.

Sobre as obras em curso não me vou referir porque os deputados anteriores que me antecederam a elas fizeram referência.

De facto, só referir, de referir que São Jacinto é uma das freguesias onde se nota e constata uma vasta quantidade de obras em execução — o que pessoalmente me satisfaz porque sou um visitante regular de São Jacinto.

Na área da Saúde não posso deixar de referir o arranque das obras na Unidade de saúde de Esgueira e o lançamento do concurso também da unidade de Cacia, ensejos há muito tempo das populações locais.

Na área da Educação é notório o avanço das obras no nosso parque escolar, dando assim ênfase à máxima que diz que investir na educação é investir no futuro e o nosso parque escolar bem precisa.

No que toca às vias rodoviárias, note-se que Aveiro chegou a um ponto que tinha talvez as piores estradas do país. Nota-se já uma certa melhoria na sua qualificação tendo o executivo optado pela utilização de massas betuminosas para tapar os buracos.

Mas no que toca à rede viária e à sua melhoria, recuperação, não podemos nesta bancada de deixar de assinalar a reconstrução daquela que era talvez uma das piores estradas do país. Estou a referir-me à rua do Crasto na freguesia de Aradas e que faz a ligação entre o cruzamento do “Botafogo” e a nossa Universidade. Sendo uma via muito utilizada pelos residentes e que faz a ligação às novas instalações da ESSUA podendo no futuro e depois de recuperada ser uma entrada em Aveiro. Esta via para nós era uma referência e fazíamos da sua recuperação uma bandeira pelo seu estado de degradação e por servir a nossa Universidade. Está lançada e está a obra no terreno.

Neste período em análise não podemos deixar de referir e de nos congratularmos com a adesão do município ao FAM e ao Apoio Transitório de Urgência, sendo que o nosso Município foi o primeiro a entregar a candidatura e a obter o financiamento desejado. O que é prova do excelente trabalho de toda a Vereação e dos excelentes funcionários camarários. Pois sendo o primeiro município a concorrer não tinham guião para seguir e o seu guião foi a qualidade do seu trabalho e dedicação que aqui não podemos deixar de realçar.

Também queria aqui referir a excelente ideia do Executivo que em parceria com a Associação Académica da Universidade de Aveiro e com o apoio da sua Reitoria, acordaram transferir as festas do Integr@te 2014 para o Parque de Feiras e Exposições. Em boa hora o fizeram pois devido á qualidade do pavilhão ou á qualidade do som utilizado as festas decorreram com normalidade sem perturbar demasiado as populações vizinhas. Esta aproximação das festas estudantis à cidade é de realçar pois assim é possível a cidade viver as festas da sua Universidade e a universidade ou os seus estudantes viverem as suas festas na cidade.”

Vogal Anabela Saraiva (PS)[048](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[049](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos pelas questões, pelas notas, pelas saudações, por tudo. Eu vou, obviamente, escolher algumas das matérias, procurando ser o

mais profundo possível e o mais completo, mas pedindo desde já desculpa por não conseguir responder a tudo ou anotar tudo. Embora, esteja sempre ao dispor, fora da Assembleia. Relembrar aos membros da Assembleia, nomeadamente aos partidos da oposição, com os outros trabalhamos todos os dias, que ser autarca não é só vir às Assembleias Municipais fazer intervenções. Estamos ao dispor, todos os dias, para trabalhar convosco e também é útil que aqueles que vêm só de vez em quando se entrossem um bocadinho melhor dentro dos partidos porque foram colocadas questões que já tratamos aqui, e eu não vou voltar a falar da Escola da Vera Cruz e dos transportes. Falámos aqui longamente sobre essa matéria na assembleia de setembro, etc., etc. Portanto, é preciso um bocadinho mais de trabalho interno, porque isto de ser autarca e vir aqui passar uma noite e mandar umas bocas não chega; é preciso ser autarca todos os dias por quem assumiu livremente esse mandato com os nossos cidadãos.

Ao Filipe Guerra quero dizer o seguinte. Não tenho nota e garanto que não há assédio a trabalhadores. Fica aqui o ónus da prova, da sua parte, para me apresentar prova de quem alguém, alguém obviamente com responsabilidade política e de liderança da empresa, anda a assediar trabalhadores. É uma coisa muito séria e muito grave para chegar a um sítio público e dizer que andam a fazer assédio aos trabalhadores, para os assediar para serem jardineiros ou aquilo que disse. Não estou a desvirtuar aquilo que disse. Ok? Agora, garanto em absoluto que ninguém, nem eu nem nenhum dos Srs. Vereadores com funções delegadas, ou gente da direção da empresa, ninguém faz assédio a trabalhadores. Os nossos trabalhadores são respeitados em absoluto e não há estes anátemas que são muito graves. Das duas, uma: ou à prova provada ou então vamos ter que tratar isto de uma outra forma ou noutra sítio porque são acusações excessivamente graves. Fica a minha garantia pública e o seu ónus da prova para me contar a história com clareza, em privado é melhor para poder contar com liberdade, quem foi a pessoa e aqueles dados que são importantes para que face alguém, que não descortino, que tenha feito semelhante coisa nós possamos tratar com os mecanismos que temos. É impossível, é inimaginável, é proibido, na nossa Câmara assediar trabalhadores para os pressionar no sentido que referenciou, de serem jardineiros ou isto ou aquilo. Deixar claro que é um equívoco de linguagem, ou uma aldrabice de fontes de informação, de alguma fonte de informação, de que aquilo que nós fizemos foi convidar cinco funcionários da MoveAveiro, que são funcionários da Câmara com contrato de cedência de interesse público, que estavam na MoveAveiro sem fazer nada, e que os convidámos, aos cinco, para virem para a sua Câmara, estamos a falar de funcionários nossos, trabalhar, porque precisamos deles para trabalhar; e estavam na empresa sem trabalhar. E o pior que se pode fazer a um trabalhador é não estar a trabalhar no local de trabalho. Eventualmente nesta operação que fizemos, tranquila, em conversas tranquilas, acordámos com as cinco pessoas que precisávamos delas e estão hoje a trabalhar na sua Câmara. Eventualmente é alguma deturpação desta circunstância muito objetiva que motivou a essa sua referência.

Quanto ao mais, eu gostava de dizer o seguinte e agradecer, nomeadamente à Susana Esteves esta referência à Informação. Eu não vou mudar o formato da exposição à Assembleia. Agora os Srs. Membros têm de trabalhar mais! Têm que ler a Agenda Aveiro, têm que acompanhar a vida e a programação do Teatro Aveirense, da Casa da Juventude, etc. Este Município tem imensa vida. Se nós colocarmos neste tipo de exposição a atividade cultural, todas as ações; a atividade na área da juventude e dos seniores, todas as ações; a atividade dos serviços urbanos, as centenas de pequenas intervenções que são feitas todos os dias... oh meus amigos, pois este documento vai ter umas quinhentas ou umas seiscentas páginas. E se vocês já o leem pouco vão passar a lê-lo coisa nenhuma. Não vamos ser autarcas, membros da Assembleia Municipal, por ler um papel de quarenta folhas e vir aqui uma noite, de três em três meses, mandar umas bocas ou fazer intervenções e reduzir a atividade da Câmara a esta exposição. Como sabem eu expliquei a nossa filosofia: - há colegas que põem a agenda toda, eu conheço estes documentos com as formas mais diversas, cada um com o seu critério, e este

é o nosso critério. Querer desvirtuar a realidade e chegar aqui e dizer «não há cultura», «não há não sei o quê», não é verdade; só prova é que os Srs. Autarcas não trabalham todos os dias, não estão minimamente atentos, embora também seja normal não os vermos no Teatro Aveirense, na Casa da Juventude, é normal, mas isso são as opções individuais de cada um.

Agora, as actividades existem, estão nas plataformas informáticas porque há, de facto, muita transparência e muita informação, mas é preciso ir, de vez em quando, à plataforma. A vida de cada um é a vida de cada um, não há tempo para ir às coisas todas. Eu próprio que sou profissional não consigo ir às coisas todas que a Câmara faz ou das quais a Câmara é parceira. Mas não vale a pena é desvirtuarmos a realidade porque a realidade é o que é e não aquilo que alguns gostavam que fosse para seu proveito político-partidário.

Ao João Pedro Dias, só dizer-lhe que ‘marosca’ é coisa que aqui não funciona. Nós somos uma câmara séria, trabalhamos seriamente e também entendemos que o legislador que legisla FAM ou outras leis é sério. Não há aqui marosca. Se o Sr. encontrou alguma marosca pois faço o favor de a apresentar com português claro, de a referenciar, qual é a marosca, quem é o ‘maroscador’, quem é que anda a fazer esquemas e não deixarmos aqui anátemas. Lançar anátemas é muito feio e muito mau para a saúde da democracia. Se o Sr. é democrata e conheceu uma marosca ou um assédio, pois faça o favor. É para isso que existe a democracia e um Estado de direito democrático; é para quem faz asneiras poder ser responsabilizado para que elas não se desmultipliquem. O anátema, além de demonstrar fragilidade do emissor do anátema, pois em regra é coisa nenhuma, não serve para coisa nenhuma. O que é que eu faço com a sua marosca ou com o assédio do Filipe Guerra? Não faço nada. E podem ter a certeza absoluta que os conhecimentos que eu tenha, e toda a equipa que comigo trabalha, de alguma marosca interna ou de algum assédio interno, nós atuaremos a sério, cumprindo a lei, que é o que nós gostamos numa vida democrática saudável e um estado de direito cumpridor. Acabaram as coisas ‘mais ou menos’ na nossa Câmara Municipal.

À Dra. Maria da Luz Nolasco dar-lhe nota que a área social tem imenso trabalho e, por exemplo, as ações com os sem-abrigo, nós não falaremos nunca sobre elas em público. Eu sei que noutros tempos até havia responsáveis que levavam sem-abrigos para casa. Mas isso é uma opção individual de cada um. Nós estamos com as entidades da rede social; temos uma equipa específica na nossa rede social a trabalhar essa matéria, que tem delicadezas complexas, como todos sabem, por causa do seu cruzamento com áreas de criminalidade em rede, não estamos a falar de coisinhas de meia-tigela. Portanto, há um trabalho intenso, cuidadoso, e vamos continuar a fazê-lo. Obviamente que a Sra. Dra. conhece as pessoas, conhece os atores, pode falar com eles, eles falam consigo; não vou é fazer notícia de jornal porque há certas matérias com as quais nós devemos ser comedidos em termos de exposição pública.

Eu gostava de referenciar uma nota muito interessante que fizemos e dar esta nota pública à Assembleia Municipal de congratulação, que foi a nossa opção de trazer os estudantes para a nossa cidade nas festas da Academia, porque as festas da Academia são festas da cidade, são festas do Município. É importante que nós saibamos que os nossos jovens assumem compromissos e sabem honrá-los porque o compromisso da deslocalização das festas foi um compromisso muito complexo, com um imenso nível de pormenor, níveis de ruído, horários, mil coisas foram tratadas durante muitas reuniões em vários meses. Devo-lhes dizer que é muito bonito e chegar ao fim e dizer que correu impecavelmente; dizermos que «sim senhor, nós temos uma Associação Académica e Estudantes da nossa Academia que assumem compromissos, sabem honrá-los». Ficámos muito satisfeitos que os profetas da desgraça, que fizeram notícia para jornal, que fizeram telefonemas, emails, cartas, abaixo-assinados, foram poucos mas alguns deles de grande notoriedade pública, chegaram ao fim e foi pena não terem o mesmo email ou a mesma carta para dizerem «parabéns, correu bem». De facto,

correu bem e não houve motivo para nenhuma queixa; não rececionámos nenhuma queixa nas quatro noites do Integra-te. Correu muito bem e ficámos muito satisfeitos. Temos gente para seguirmos neste processo de integração absoluta. Os nossos estudantes são nossos, gostamos deles, são da nossa Universidade, queremos vive-la connosco, independentemente de, de vez em quando, por força de um ou outro acto mais excessivo, perturbamos o sono. Mas não os queremos lá no meio da mata como se fossem uma coisa que nós queremos ter ao longe porque nos perturba a nossa vida. Temos muito gosto em ter uma grande Universidade com quinze mil alunos e serem gente de compromisso, com uma Associação Académica e um seu actual presidente a quem lhe deixo um público agradecimento pela excelência do seu compromisso e pela forma como o executou. É minha convicção de que assim continuará a ser futuramente.

João Barbosa, vamos lá um dia destes fazer o passeio com todo o agrado. Por um lado convivemos, conversamos, além de sempre lhe agradecer os emails que me manda com regularidade a chamar a atenção e a dar contributos. É nas bancadas da oposição o único que tem essa atitude de cidadania e de exercício ativo que sempre lhe agradeço, como sabe. Terei muito gosto no passeio até, como sabe, no Parque Infante D. Pedro, na componente do Infante D. Pedro no Parque da Sustentabilidade, não há nenhum parque infantil. Não há mesmo. É um dos adicionais que vamos pôr no Parque é um parque infantil porque não tem. Temos um no Alboi, temos um na Baixa de Sto. António e temos uma coisa que faz de parque infantil na ponta mais poente do Parque dos Amores. No Infante D. Pedro, de facto, é pena não termos parque infantil. Eventualmente é algum fronteiro que referenciou, mas vamos lá fazer o passeio. Quanto à bola de ténis a flutuar no lago. Das instituições com quem já reuni, mais que uma vez, é exatamente com o Clube de Ténis de Aveiro. E o episódio da flutuação da bola é um episódio raro, que, além do mais, permite um convívio entre o tenista e o sapo que está no lago e que é um momento ambientalmente muito interessante. Agora, aterrar o lago... negativo! Gostamos do lago; o lago é uma peça muito importante e as duas estações de decantação que se visitou recentemente já estão em obra; uma exatamente na plataforma de entrada da baixa de Sto. António e outra lá em cima no Parque dos Amores, vão permitir elevar a qualidade da água porque a nossa cidade, inacreditavelmente, tem muitos despejos ilegais para cima desta linha de água e que, de vez em quando, provocam que as cores do lago tenham uma mutação. Não são leds que provocam que a água às vezes esteja branca, verde ou cor de tijolo que são as três cores que já temos cadastradas com registos fotográficos. Se alguém não contemplou temos, não o gosto, mas a possibilidade de partilhar essa circunstância objetiva.

E rebatizado, sim. Presidente Fernando Marques, aquilo de sustentabilidade não tem nada. E nós vamos dar-lhe um nome bonito, catita, que toda a gente irá gostar; da sustentabilidade irá continuar a ser por questões formais porque temos que honrar o nosso financiador e há coisas da nomenclatura que têm que ser geridas. Agora, aquilo de sustentabilidade não tem coisíssima nenhuma. É por isso que estamos a fazer obras que não são acrescentos. Alguém usou uma terminologia pouco digna, são obras de qualificação ambiental. Porque, coisa inacreditável, a única componente da sustentabilidade que o nosso Parque não tratou foi a sustentabilidade ambiental. É uma coisa inacreditável porque essa é básica, como é evidente. E é isso que estamos a fazer nas várias obras que neste momento estão todas em execução. Há apenas uma que não está porque não está ela própria adjudicada por impedimento legal; todas as outras estão já em execução física no terreno.

Quanto às árvores dizer-vos só o seguinte. Houve uma reunião de Câmara em que um cidadão foi à reunião de Câmara expor uma proposta sua que era chamar a atenção para as árvores da Avenida 25 de Abril e dizer que as árvores da Avenida 25 de Abril tinham que ser tratadas. Lá apresentou a sua tese, porque tem os passeios todos levantados, tem árvores dentro do seu pátio, dentro do rés-do-chão do seu prédio, ocultam a iluminação pública. O cidadão lá expos a sua matéria e eu expus ao cidadão a nossa estratégia de gestão desta

operação. Estamos a tratar das árvores, as operações que já fizemos e as que temos em mãos, que põem em causa a segurança de pessoas e bens e que desqualificam espaços urbanos que nós queremos que prevaleçam para o cidadão. A Avenida 25 de Abril estava anotada por nós como algo a estudar mas que, nesta fase, não tínhamos a menor condição de pegar naquela operação, que era uma operação muito cara porque é uma via grande, as árvores são imensas, a área de passeio a repavimentar é enorme e há um conjunto de problemas que, em termos financeiros, terão um custo muito alto. Não sei se já repararam na análise financeira que mandamos sempre, nós estamos a fazer todas essas operações sem custos. O Vereador Jorge Ratola anda sempre a inventar como é que nós efetuamos estas operações sem custos; e conseguimos porque às empresas a quem entregamos a lenha pagamos com a lenha o serviço. O Vereador Miguel Capão Filipe para conseguir fazer passagens de ano e lançar foguetes para comemorar o Natal e o S. Gonçalinho, etc., não gasta dinheiro porque inventamos parcerias, vamos aqui e aquilo, acolá e aqueloutro, etc.; e é com muitas operações deste género que se fazem muitas coisas. Não é possível nós qualificarmos a Avenida 25 de Abril sem um grande investimento; não é possível. E, portanto, expliquei isto ao cidadão.

Depois, houve uma determinada pessoa que baralhou isto tudo e começou a multiplicar, enfim, no mundo em que nós vivemos multiplica-se informação a uma velocidade enorme, e baralhou isto tudo: as duzentas árvores eram para abater na Avenida 25 de Abril e está tudo uma confusão tremenda. Portanto, tudo isso é um requintado disparate. Nós podemos dar um relatório circunstanciado de cada árvore, onde é que ela está, qual é o objetivo. O que nós estamos a fazer é arranjar qualidade de vida ao ser humano e arranjar qualidade de vida à árvore. Depois temos um acordo com uma empresa muito importante do nosso Município, que se chama Portucel, que nos fornece árvores de borla. Por isso, a nossa relação primária é, por cada árvore retirada uma árvore colocada; há zonas onde isso não acontece no mesmo sítio, mas na nossa operação global tratamos isso. É preciso cuidar dos números. Nós temos cadastradas, só na cidade, vinte mil árvores e esta operação que vamos fazer é de duzentas em todo o Município, onde nem sequer temos o número de quantas são. Serão, seguramente, muitas vezes vinte mil. Estamos a falar de espaço urbano, não estamos a falar de árvores na mata. Portanto, estas são operações para dar qualidade, temos zonas de desafogar as árvores porque as caldeiras estão a apertar os troncos; temos relatórios técnicos a fotografar cada tronco e a explicar as patologias de cada árvore que foi abatida. Nós não andamos aqui a abater árvores, nós andamos a fazer operações que o nosso município não faz há muitos anos para passarmos a gerir bem as nossas árvores que, como seres vivos, não são eternas. E àqueles que não são de biologia e que acham que uma árvore é uma peça de mobiliário urbano é bom que façam um bocadinho de revisão na matéria porque árvore não é peça de mobiliário urbano, não é um ser morto, é um ser vivo e que, como qualquer ser vivo, tem princípio, tem meio e tem fim; desenvolve-se bem compatível com a sua função ou desenvolve-se mal incompatível com a sua função. Já houve, noutra fase do mandato, aquela tentativa dos amigos dos cães e os inimigos dos cães, agora estamos numa outra tentativa dos amigos das árvores e dos inimigos das árvores. Não vale a pena. Nós somos seres sensatos, tratamos do nosso parque arbóreo neste duplo sentido. Agora, há uma verdade que é bom não esquecer. Há trinta anos, quando a maior parte destas árvores foram plantadas, estava tudo certo. Plantar árvores no meio de um passeio com oitenta centímetros era uma grande medida porque as intensidades do tráfego, a importância de andar a pé, o mundo era muito diferente há trinta anos. Só que hoje, trinta anos depois, aquela árvore tem mais trinta anos em cima, cresceu mal, e hoje temos cidadãos que andam a pé como não andavam há trinta anos. Nada. Ou por receita médica, ou para gerir o seu perfil corpóreo. Hoje, aquele passeio que há trinta anos levou uma linha de árvores precisamos dele para as pessoas andarem porque ao lado há uma rua com um tráfego intensíssimo. Andar lá a pé, há trinta anos, na berminha da estrada tinha risco zero, hoje tem um risco altíssimo.

O Marques Pereira falou da Avenida da Universidade. Vocês sabem qual é o primeiro problema da Avenida da Universidade por causa da água que lá temos? É que plantaram grande parte das árvores em cima da conduta da água e a conduta da água, hoje, está quase toda inutilizada. Na altura, quem plantou as árvores seguramente com a melhor das boas vontades não pensou que aquela árvore, vinte anos depois, ia destruir, com as suas raízes, a conduta de água que está lá por baixo. E agora, os amigos fundamentalistas das árvores, como é que lá se constroem ou reconstroem condutas de água sem mexer nas árvores; façam o favor de me explicar porque eu não sei, nem ninguém sabe. Tenhamos aqui uma nota de segurança em relação à qualidade técnica do que estamos a fazer, à primazia do cidadão sobre a árvore, mas também à primazia da presença importantíssima da árvore em espaço urbano. Aquelas árvores à frente da Prisão, já não sei quem falou nelas, têm que sair de lá rapidamente porque são um perigo. Falem com os nossos cidadãos, já são vários num ano, que chegaram ao carro e tinham uma árvore em cima do carro. Falem com o cidadão e depois vejam o que é que dói porque não há seguro que cubra isso, é o cidadão que tem que resolver o problema. É muito chocante. As últimas foram duas árvores ao pé do Hospital que caíram em cima de dois automóveis; se quiserem fotografias sobre o evento, façam favor. Seguramente que haverá um advogado ou outro já a dizerem que «não senhor» e vai já defender a causa da ‘água a ferver’ para responsabilizar a Câmara. Mas isso é outro tipo de matéria.

Dizer à Presidente Ângela Almeida, agradecer e retribuir a colaboração com a Junta, que é uma cooperação interessera. Nós estamos a fazer uma obra, um investimento num cemitério inenarrável; o único cemitério sobre a gestão desta Câmara era um episódio inadmissível como eu nunca tinha visto na minha vida. A obra não está terminada, está perto do fim, mas hoje temos um cemitério com dignidade, com qualidade. Agradecer a cooperação que já foi uma cooperação interessera: dissemos à Junta «nós não vamos entregar um presente envenenado», porque o envelope financeiro, Marques Pereira, é intrínseco. Esta é a boa delegação de competências porque, prova-nos a vida, a receita da gestão dos cemitérios, em regra, é superior à despesa, e, portanto, o envelope financeiro está dentro da própria operação de gestão.

Presidente Calafate, aceitar o desafio. É um desafio duro mas vamos tratar dele para ver se conseguimos um dia conseguir ter sucesso nessa abordagem. Aceito o desafio, nunca tinha pensado nele; obrigado pelo desafio que está absolutamente aceite.

Quanto ao Teatro Aveirense lá teremos tempo de falar do TA. As duas empresas do Teatro Aveirense, a TA e a TEMA, serão as duas primeiras a internalizar. Vamos tratar delas com qualidade, embora chame a atenção, porque já percebi que há muita gente que de teatro só no discurso porque presença e conhecimento da programação muito pouca, que temos tido, este ano, uma excelente programação. As operações contratuais da futura gestão do TA têm que esperar a internalização por questões de natureza legal. Com mais pormenor, quando chegarmos ao dossier, lá iremos; estão a ser trabalhados todos os planos de internalização, com todo o pormenor, com todo o rigor, com toda a profundidade. Queremos uma casa em condições e queremos uma casa legal porque é inacreditável mas ainda hoje o Teatro Aveirense tem uma licença provisória para dar espetáculos. Não acham chocante que uma cidade como Aveiro tenha uma casa, que é a sua principal casa de espetáculos de cultura, que ainda hoje não tenha uma licença definitiva para dar espetáculos? Não acham que isto é inacreditável? Mas é a verdade. Estamos a trabalhar, o Miguel Capão Filipe e toda a equipa, para resolvermos este inacreditável problema e que a cidade também eleve a sua qualidade, antes da programação cultural, de ter uma casa licenciada como deve ser, resolvendo com pequenos investimentos maleitas inadmissíveis e que o edifício tem desde que foi reabilitado. Dizer à Dra. Anabela Saraiva que nós somos muito rigorosos. Se ler com mais atenção viu que está lá escrito que a obra é da Parque Escolar e do Ministério da Educação.

Mas devo-lhe dizer que a nossa participação foi fundamental, um lobby político para que aquela obra hoje esteja a funcionar. Fique com o quiser, mas está aqui claro que aquela obra é do Ministério da Educação. As obras Polis não precisa de inventar porque está aqui tudo; estão lá todas as que são obras Polis. Cira, AM Carvoeiro... nós não andamos aqui para enganar ninguém Sra. Dra. Ninguém.

Há apenas uma nota. Tenho um trabalho e uma presença em tudo isto. E em tudo isso está o nosso trabalho e a nossa presença e a do Governo do país que também faz coisas boas. E a inacreditável história de desvario governativo que foi a Parque Escolar, que este Governo ganhou como inadmissível herança num Estado de direito democrático (aquela gente que fez aquilo, deveria estar a gozar a democracia num outro sítio) arranjou soluções para que estas escolas que estavam a andar e foram paradas pudessem ter um caminho sustentável financeiramente, porque já não havia dinheiro para pagar estas obras e foi preciso negociar um empréstimo com uma linha específica do Banco Central Europeu, porque nem sequer nos fundos comunitários havia espaço para resolver o problema.

Isto é muito bonito dizer as coisas quando nós somos de Governos desgovernados e depois aparecemos todos surpreendidos quando as coisas estão a ser feitas com sustentabilidade financeira e para não ajudar a enterrar mais o país, como aqueles que inventaram a Parque Escolar (as famosas escolas de dezoito milhões de euros cada uma) o fizeram.

Está a ser feita uma operação que corrigiu, não todas porque não é legalmente possível, mas corrigiu um vasto conjunto de características insensatas que aquela obra tinha.

Dra. Ana Maria Seíça Neves, eu registo e tomo boa nota. Nós estamos a ajustar a nossa fiscalização na MoveAveiro para duas coisas: para ser rigorosa, mas para ter esse espaço de flexibilidade para situações como aquelas que descreveu e que nós também as conhecemos. Há um espaço de equilíbrio mas também avisamos toda a gente que é muito utilizadora de estacionamento pago, especialmente de longos períodos, e citou alguns, que temos hoje avenças a bom preço.

Não é preciso tirar ticket é só preciso comprá-las, pagá-las, e aquilo é fácil de usar e barato. Bom negócio, coisa fina e fácil de utilizar. Está feita esta campanha de marketing para que as pessoas que têm de usar muito o estacionamento pago, poupam mais dinheiro. E uma ou outra situação agradável, comprem uma avença anual, a bom preço. É um serviço impecável e também permite aos nossos fiscais terem menos um carro para fiscalizar já que ele tem um sinal externo de que tem uma avença — poupamos também serviço.

Não há mais fiscais! Não houve mais área de estacionamento! São as mesmas pessoas a trabalhar, globalmente a trabalhar bem, mas tomamos boa nota daquilo que disse.

Temos também alguns testemunhos para melhorarmos, no fundo, a gestão da tolerância mantendo o rigor. Tomámos boa nota e temos outras que nós próprios também temos conhecimento.

Em relação à questão colocada pelo João Barbosa em relação ao quiosque da Estação. O quiosque da Estação esteve aberto numa operação de Verão. Foi um sucesso, correu muito bem, não tanto como a percentagem de entradas na loja do Welcome Center (aqui no centro é muito mais alta do que no quiosque junto à Estação) mas foi um bom elemento. Em termos de uso provisório estamos conquistados para a causa em termos de uso mais regular, no tempo, isso faz parte de toda a reestruturação da nossa operação de divulgação turística no quadro da ligação da operação municipal, com a operação da CIRA e com a operação do Turismo Centro Portugal. Temos boa nota da utilidade daquele elemento; fizemo-lo, e podemos dar-lhe o número das pessoas que atendemos, tudo isso está registado, foi útil, mas entendemos que numa operação permanente essa circunstância está a ser ponderada na globalidade das frentes de atendimento e de promoção que estas três entidades que referenciei poderão vir a ter.

Queria dizer também ao Manuel Prior, agradecer-lhe em meu nome e aos dos Srs. Vereadores a referência. Tivemos um gosto enorme neste primeiro ano de mandato. Um ano,

obviamente, como qualquer primeiro ano de tudo, com grandes dificuldades, com o trabalho diferente de conhecer tudo, mas fazemos um balanço muito positivo, cumprimos globalmente os objetivos que traçámos para esta fase do mandato.

Todos os anos do mandato são importantes, mas o primeiro tem um conjunto de características diferentes, especialmente de gente que não tinha a operação de gestão na sua mão, na sua experiência direta. Portanto temos essa atitude positiva do balanço que fazemos. Agradeço a sua referência que para nós serve de estímulo para o muito trabalho, para tratarmos dos problemas, para aproveitarmos as oportunidades, para irmos às festas; discutiremos isso depois no plano e orçamento que já lá estão feitas. Eventualmente alguns dirão que vamos começar a gastar dinheiro mal gasto, mas não. Já há muita festa. Ainda hoje, por exemplo, no Teatro Aveirense está a haver um espetáculo extraordinário, mas nós estamos aqui a trabalhar. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁰

“Recordar ao Senhor Presidente da Câmara o quão importante foi o do preço da água a debitar pela AdRA. Relembro que foi feito um acordo no âmbito dos municípios da CIRA que em 2014 estariam todos a pagar o mesmo preço da água. Eu perguntei ao Senhor Presidente o que é que a Câmara já fez para fazer prevalecer esse direito. O Senhor Presidente não respondeu certamente por esquecimento, não é. Mas penso que estará no âmbito das suas preocupações.

Quanto ao Senhor Presidente referir que faz uma comunicação e depois as pessoas têm de ler o que é publicado noutros sítios, recordo que a Câmara tem o dever estrito de trazer a esta Assembleia em cada sessão ordinária, uma comunicação daquilo que faz e daquilo que é essencial. E as pessoas aqui fizeram reparo foi de essencialidades. Eu não notei que aqui houvesse qualquer coisa despicienda que não tivesse a dignidade de constar desta comunicação. O Senhor Presidente diz “façam o trabalho de casa”. Nós podemos dizer ao Senhor Presidente “permaneça mais em Aveiro” por exemplo, para fazer o seu trabalho.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵²

“Só meio minuto para responder ao Dr. Jorge Nascimento. Em dois mil e catorze chegámos ao tarifário igual entre os dez municípios da AdRA. Atualmente todos os clientes da AdRA pagam o mesmo tarifário. Portanto, o objetivo da chamada harmonização tarifária foi cumprido no primeiro quinquénio; esse objetivo está cumprido. Hoje se compararem os preços de qualquer um dos dez municípios ele é absolutamente igual. Esse preceito está cumprido. Obviamente há outros preceitos, mas especificamente esse que o Sr. Dr. apontou, hoje, está cumprido. É fácil fazer a verificação no que respeita à água.

Cuidado com a factura porque depois há as taxas de resíduos e de protecção civil que fazem a diferença. Isto que eu disse aplica-se ao tarifário da água e do saneamento. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁵³ a primeira reunião da Sessão Ordinária Novembro, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 21 de Novembro (6.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 24:00 horas do dia 14 de Novembro de 2014.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo

46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(03:30)